

Centro de
Inovação para a
Educação
Brasileira - CIEB

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

São – Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação ao Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de junho de 2023

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4


Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC SP270337/O-1

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	1.935.297	3.384.143	Fornecedores	7	263.537	16.637
Recursos vinculados a projetos	4.b	-	373.684	Impostos e contribuições a recolher		78.309	62.693
Fundo contingencial	5	1.328.935	1.118.346	Salários e encargos a pagar	8	492.843	492.413
Contribuições associativas à receber		718.164	98.395	Gastos a incorrer em projetos restrito	12.ii	12.405	373.684
Despesas antecipadas		178	68.896	Adiantamento de contribuições associativas	11.a	-	680.032
Impostos a compensar		36.293	-	Adiantamento de doação	11.c	32.775	-
Outros ativos		40.207	52				
		<u>4.059.074</u>	<u>5.043.516</u>			<u>879.869</u>	<u>1.625.459</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Outros ativos		64.000	64.000	Patrimônio social	10.a	525.822	525.822
Imobilizado e intangível	6	112.828	64.541	Reserva estatutária	10.b	1.328.935	1.118.346
		<u>176.828</u>	<u>128.541</u>	Superavit acumulado		1.501.276	1.902.430
						<u>3.356.032</u>	<u>3.546.597</u>
Total do ativo		<u><u>4.235.902</u></u>	<u><u>5.172.057</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>4.235.902</u></u>	<u><u>5.172.057</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Contribuições dos associados	11a	4.929.937	4.400.772
Parceiros institucionais	11c	117.603	-
Receita com projetos restritos	12.ii	204.013	2.006.105
Doações não restritas	11b	189.691	461.472
Trabalho voluntário	3g.iv	436.380	376.190
Outras receitas operacionais		-	7.260
		<u>5.877.624</u>	<u>7.251.799</u>
Despesas operacionais			
Despesas com projetos			
Despesas com pessoal		-	(1.320.345)
Outras despesas com projetos		(27.345)	(878.183)
Despesas administrativas			
Trabalho voluntário	3g.iv	(436.380)	(376.190)
Despesas com pessoal	13	(4.322.272)	(2.441.273)
Despesas gerais administrativas	14	(1.573.796)	(419.059)
Impostos e taxas		(34.601)	(29.058)
		<u>(6.394.394)</u>	<u>(5.464.107)</u>
(Deficit) superávit antes do resultado financeiro		<u>(516.770)</u>	<u>1.787.692</u>
Receitas financeiras	15	435.160	152.686
Despesas financeiras	15	(108.955)	(22.603)
Receitas financeiras, líquidas		<u>326.205</u>	<u>130.083</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u>(190.565)</u>	<u>1.917.775</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021
Déficit / Superávit do exercício	(190.565)	1.917.775
Outros componentes do resultado abrangente:	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(190.565)</u></u>	<u><u>1.917.775</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio Social	Reserva estatutária	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		525.822	898.307	204.693	1.628.822
Constituição de reserva estatutária	10b		220.039	(220.039)	
Superávit do exercício		-	-	1.917.775	1.917.775
Saldos em 31 de dezembro de 2021		525.822	1.118.346	1.902.429	3.546.597
Constituição de reserva estatutária	10b		210.589	(210.589)	
Déficit do exercício		-	-	(190.565)	(190.565)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		525.822	1.328.935	1.501.275	3.356.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2.021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit / Superávit do exercício	(190.565)	1.917.775
Ajustes por:		
Depreciação	32.161	25.971
	<u>(158.404)</u>	<u>1.943.746</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos		
Recursos vinculados a projetos	373.684	776.770
Impostos a recuperar	(36.293)	-
Despesas do exercício seguinte	68.718	(52.489)
Outro créditos	(659.925)	(84.997)
Aumento/(redução) nos passivos		
Impostos e contribuições	15.616	3.347
Salários e encargos a pagar	430	156.333
Outras contas a pagar	246.900	(5.593)
Gastos a incorrer em projetos restrito	(361.279)	(776.770)
Adiantamento de contribuições associativas	(680.032)	680.032
Adiantamento de doação	32.775	-
	<u>(1.157.810)</u>	<u>2.640.380</u>
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação em fundo contingencial	(210.589)	(220.039)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(80.447)	-
	<u>(291.036)</u>	<u>(220.039)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.448.846)</u>	<u>2.420.341</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.384.143	963.803
No fim do exercício	<u>1.935.297</u>	<u>3.384.143</u>
	<u>(1.448.846)</u>	<u>2.420.341</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB (“Entidade” ou “CIEB”) é uma Entidade sem fins lucrativos ou econômicos e que tem como objeto social apoiar pessoas naturais e jurídicas, instituições, governo, Entidades e/ou entidades que desenvolvam atividades, programas, planos e/ou projetos tecnológicos e de inovação que busquem, com foco no ensino público, contribuir para o desenvolvimento da educação no Brasil, estimulando um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem.

A Entidade poderá, para a consecução de seu objeto social, utilizar-se de quaisquer meios e atividades permitidos por lei, especialmente:

- (a) apoiar, promover, fomentar e/ou implantar iniciativas voltadas a estimular um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem;
- (b) celebrar parcerias, contratos e convênios com entes públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para a materialização de seu objeto social;
- (c) promover, apoiar e desenvolver, em seus vários desdobramentos, as manifestações intelectuais, culturais, artísticas e/ou educacionais, por meio de treinamento técnico, de publicação ou de edição, própria ou por meio de terceiros, de livros e revistas de natureza técnica, científica, cultural e artística e de vídeos ou quaisquer outros meios de mídia, divulgação ou comunicação que ajudem a propagar o objeto social;
- (d) patrocinar e/ou incentivar realizações de natureza cultural, educacional, técnica ou econômica, tais como palestras, cursos, seminários, congressos, exposições, feiras, amostras e promoções, voltadas para os seus objetos e finalidades;
- (e) participar como sócia, acionista, titular de debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, em sociedades, consórcios ou empreendimentos que tenham objetivos e propósitos semelhantes ou complementares aos da Entidade, ou que possam contribuir para a consecução do objeto social da Entidade; e
- (f) praticar quaisquer outros atos e atividades lícitas para a consecução do objeto social, mesmo que não estejam previstos neste Estatuto, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 16 de junho de 2023.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - provisão para contingências

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº21 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021, incluindo operações de *hedge*.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisões.

d. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Apuração do superávit do exercício

O déficit/superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O déficit do período será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o déficit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

g. Receita operacional

(i) Contribuições ordinárias

A receita de contribuição e doação no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, de maneira que o valor da receita de contribuição e doação possa ser mensurada de maneira confiável.

(ii) Receita com projetos restritos

Os valores recebidos e empregados para projetos restritos, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados e o crédito de obrigações com projetos no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos projetos restritos e as despesas correspondentes são reconhecidas, nesse mesmo momento ocorre o reconhecimento de receita em igual valor em contrapartida ao débito do passivo de obrigações com projetos.

(iii) Doações não restritas e parceiros institucionais

As doações recebidas pela Entidade em moeda corrente são provenientes de doações de pessoas jurídicas que apoiam de forma voluntária os trabalhos desenvolvidos pela Entidade e são reconhecidas no resultado do exercício quando do seu recebimento efetivo.

(iv) Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. A Entidade adota como referência, para fins de determinação do valor justo, a pesquisa de remuneração de administradores do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, por entender que os membros dos órgãos de governança da Entidade são equiparados as demais entidades incluídas nesta pesquisa.

Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade registrou o montante de R\$ 436.380 (R\$ 376.190 em 2021) referente a trabalhos voluntários.

h. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 21.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

a. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	89	924
Bancos	13	12
Aplicações financeiras (*)	1.935.195	3.383.207
	<u>1.935.297</u>	<u>3.384.143</u>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor.

Aplicações Financeiras

(*) As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas, que variam 100% a 107% do CDI ao mês.

b. Recursos vinculados a projetos

	2022	2021
Aplicações financeiras (*)	-	373.684

(*) Os valores dos Recursos vinculados a projetos foram aplicados em Certificado de Depósito Bancário - CDB remunerado a taxas, variam de 100% a 107% do CDI (a.a.).

5 Fundo contingencial

Refere-se a fundo contingencial previsto nos termos do Estatuto Social, objetivando preservar recursos para a permanente manutenção da Entidade, de seu patrimônio e para consecução do objeto social.

A Entidade poderá utilizar os recursos do Fundo contingencial para arcar com as despesas administrativas necessárias à manutenção de suas atividades e para materializar seu objeto social, conforme deliberação do Conselho de Administração.

	2022	2021
Aplicações financeiras (*)	1.328.935	1.118.346

(*) Os valores do Fundo Contingencial foram aplicados em um Fundo de Renda Fixa remunerado a taxas, que em 2022 variam de 0,73% a 1,17% ao mês, além de Certificado de Depósito Bancário - CDB remunerado a taxas, que em 2022 variam de 100% a 107% do CDI ao ano.

6 Imobilizado e intangível

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Descrição	2020	Adições	2021	Adições	2022
Móveis e Utensílios	84.004	-	84.004	-	84.004
Microcomputadores e periféricos	87.597	-	87.597	80.093	167.690
Total do custo	<u>171.601</u>	<u>-</u>	<u>171.601</u>	<u>80.093</u>	<u>251.694</u>
Móveis e Utensílios	(31.578)	(8.323)	(39.901)	(8.400)	(48.301)
Microcomputadores e periféricos	(49.511)	(17.648)	(67.159)	(23.761)	(90.920)
Total Depreciação	<u>(81.089)</u>	<u>(25.971)</u>	<u>(107.060)</u>	<u>(32.161)</u>	<u>(139.221)</u>
Intangíveis	-	-	-	354	354
Imobilizado líquido	<u>90.512</u>	<u>(25.971)</u>	<u>64.541</u>	<u>48.286</u>	<u>112.828</u>

7 Fornecedores

Descrição	2022	2021
Provisão prestadores de serviços	263.537	16.637
	<u>263.537</u>	<u>16.637</u>

8 Salários e encargos a pagar

Descrição	2022	2021
Férias	286.548	235.037
INSS	139.451	214.523
FGTS	55.267	38.091
PIS	6.890	4.762
Salários	4.687	-
	<u>492.843</u>	<u>492.413</u>

9 Provisão para contingência

Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico externo, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedidos contra a Entidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que devessem ser provisionados e/ou divulgados.

10 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio da Entidade é constituído de bens móveis (tangíveis ou intangíveis), imóveis, direitos (inclusive direitos de propriedade intelectual) e recursos financeiros adquiridos ou recebidos sob a forma de contribuição, doação, legado, subvenção, auxílio, rendimentos, dividendos, ou de qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento de suas finalidades sociais.

No caso de dissolução da Entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra, ou outras pessoas jurídicas preferencialmente sem fins econômicos e preferencialmente que tenham o mesmo objeto social (ou objeto similar ou complementar) da Entidade, que serão determinadas pela Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim.

b. Reserva estatutária

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o Fundo Contingencial de acordo com os termos do Estatuto Social, poderá ser constituído de até 5% do valor da contribuição dos Associados Mantenedores, objetivando preservar recursos para a permanente manutenção da Entidade, de seu patrimônio e para consecução do objeto social.

A Entidade poderá utilizar os recursos do Fundo Contingencial para arcar com as despesas administrativas necessárias à manutenção de suas atividades e para materializar seu objeto social, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A Entidade destinou do superávit do exercício de 2022 para reserva estatutária, o montante R\$ 210.589, equivalente a 5% das contribuições dos associados. Durante o exercício de 2021 a reserva estatutária foi de R\$ 220.039.

c. Quadro de associados

A Entidade conta com os seguintes Associados:

- **Mantenedores:** Instituto Natura, Instituto Lemann, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica, Instituto General Motors e Cisco Comércio.
- **Contribuintes:** Instituto Península e Instituto Unibanco.

d. Remuneração da administração

Os membros do Conselho de Administração não farão jus a qualquer remuneração, mas poderão receber o reembolso das despesas gastas para comparecimento nas reuniões do Conselho e Assembleias Gerais, desde que devidamente comprovadas.

Durante o exercício de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi no montante de R\$ 542.025. (R\$ 518.428 em 2021).

11 Receitas operacionais

a. Contribuição dos associados

	2022	2021
Instituto Lemann	718.165	635.544
Instituto Natura	718.165	635.544
Fundação Itaú Social	718.165	635.544
Instituto General Motors	718.164	635.544
Cisco Comércio	680.032	317.772
Instituto Unibanco	359.082	-
Instituto Península	300.000	300.000
Fundação Telefônica	718.164	635.544
Omidyar Network	-	605.280
	<u>4.929.938</u>	<u>4.400.772</u>

Adicionalmente, a Entidade recebeu o montante de R\$ 680.032 do associado Cisco Comércio em 2021 em antecipação as contribuições associativas do exercício de 2022. Desta forma, foi reconhecida como passivo circulante, na rubrica de Adiantamento de contribuição associativa e utilizada em 2022 assim zerando o adiantamento.

b. Doações não restritas

Durante o ano de 2022, foi reconhecido o montante de R\$ 216.290 sendo R\$150.069 referente ao ganho cambial do projeto Seleção e aquisição de tecnologias educacionais, onde a Entidade possui a devida aprovação pelos patrocinadores para utilização como verba livre da Entidade e a sua não devolução.

c. Parceiros institucional

Em 2022, foi reconhecido o montante de R\$ 117.602 referente aos valores recebidos para apoio a Entidade que não possuem uma destinação específica, a parceria foi feita com a Fundação Telefônica e Fundacion Omar Dengo. Na rubrica de adiantamento de doação ficou o saldo remanescente de R\$ 32.775, para ser consumido em 2023.

12 Despesas e receitas com projetos

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) apoia a inovação educacional por meio das novas tecnologias, que podem impulsionar uma transformação sistêmica e promover maior equidade, qualidade e contemporaneidade na educação pública brasileira.

Para isso, identifica e conecta atores qualificados, promovendo o pensamento crítico e a interação, em ambientes favoráveis ao surgimento de novas ideias e ações. Também atua no apoio ao poder público, gestores educacionais e docentes na compreensão de que as tecnologias educacionais se tornam mais eficazes quanto mais estiverem em equilíbrio os elementos: visão, competências, recursos digitais e infraestrutura.

Em 2022 a Entidade operou seus projetos com verba livre, ou seja, não tiveram patrocinadores.

(i) Despesas por projetos da Entidade

Durante o exercício de 2022 e 2021, a atuação da Entidade se deu por meio dos seguintes projetos:

	2022	2021
Projetos restritos		
BNDES Chamada Pública (a)	(3.740)	(1.429.487)
Seleção e Aquisição de Tec. Educac.	(23.155)	(110.175)
Matriz Curricular (b)	(450)	(357.100)
Apoio Técnico Fundação TV – Profuturo	-	(109.343)
Subtotal	<u>(27.345)</u>	<u>(2.006.105)</u>
Projetos sem restrições e gastos com equipe técnica		
Apoio ao Programa Educação Conectada	-	(8.250)
Guia EduTec	(1.400)	(37.238)
Assessoria Técnica Ensino Híbrido	-	(10.100)
Marco Conceitual Escola Conectada	-	(11.937)
Apoio para implementação dos currículos	-	(4.350)
Curso Assessoria aos Municípios	-	(50.545)
Assessoria Técnica aos Municípios	-	(400)
Conectividade e Gice	-	(69.602)
Gestão de coalizão	(207.953)	-
Referências Técnicas	(249.169)	-
Prototipação e Disseminação	(316.824)	-
Subtotal	<u>(775.346)</u>	<u>(192.422)</u>
Total	<u>(802.691)</u>	<u>(2.198.528)</u>
Despesas com pessoal (*)	-	(1.320.345)
Outras despesas com projetos	(27.345)	(878.183)

(*) Em 2022 a Entidade operou 100% dos seus projetos com verba livre, ou seja, não tiveram patrocinador, desta forma a sua alocação foi feita juntamente na rubrica de despesas com recursos humanos administrativos veja maiores detalhes na nota explicativa 13.

(ii) Projetos restritos

A seguir demonstramos a movimentação dos projetos:

	2021	Rendimento de Aplicação Financeira	Consumo	Transferência (nota 11b)	2022
BNDES Chamada Pública (a) Seleção e Aquisição de Tec. Educac. (a)	10.937	32.425	(3.740)	(39.622)	-
Apoio Técnico Fundação TV Profuturo (a)	173.224	-	(23.155)	(150.069)	-
Matriz Curricular (b)	176.668	-	(176.668)	-	-
	12.855	-	(450)	-	12.405
	373.684	32.425	(204.013)	(189.691)	12.405

Os projetos restritos referem-se àqueles que a Entidade recebeu contribuição de seus associados para ser aplicado especificamente no projeto.

- (a) Projetos: BNDES Chamada Pública, Seleção e Aquisição de Tec. Educac. e Apoio Técnico Fundação TV – Profuturo, tiveram suas atividades concluídas no exercício de 2022.
- (b) Matriz Curricular: O Currículo Técnico Profissionalizante em Ciência de Dados para o Ensino Médio foi desenvolvido para conter referências para incorporação do tema de Ciência de Dados nas redes públicas de ensino, a partir das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM). O currículo também incorpora as competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho para profissionais técnicos em Ciência de Dados, diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, além de outros temas relevantes em Ciência de Dados desenvolvidos pela organização Social Good Brasil. O currículo é inovador em seu conteúdo e formato e contém orientações para implementação nas redes estaduais de ensino em termos de recursos humanos e infraestrutura na escola e também permite que os estudantes recebam certificações intermediárias (ou Micro badges) que facilita sua inserção no mercado de trabalho.

13 Despesas com pessoal – administrativo

Descrição	2022	2021
Salários (a)	(2.180.426)	(1.240.911)
INSS	(660.182)	(357.150)
Vale Refeição	(490.276)	(152.161)
Férias	(310.884)	(148.752)
FGTS	(219.459)	(150.868)
Assistência Médica	(208.435)	(106.965)
13 Salário	(199.184)	(146.414)
Outros	(26.770)	(14.492)
PIS	(26.656)	(123.560)
Total	(4.322.272)	(2.441.273)

- (a) Em 2022 a Entidade operou com verba livre, para a execução de seus projetos, tendo 100% da folha sendo contabilizado em despesas com recursos humanos administrativos.

14 Despesas gerais e administrativas

Descrição	2022	2021
Prestadores de serviços	(450.105)	(114.919)
Aluguel (a)	(148.795)	(45.135)
Publicidade	(120)	-
Viagens e estadias (b)	(77.172)	(3.837)
Manutenção de Software	(76.445)	(23.327)
Depreciação	(32.161)	-
Outros	(6.588)	(20.809)
Internet	(3.634)	(4.115)
Material de escritório	(2.009)	(2.594)
Conservação e manutenção	(1.421)	(10.783)
Seguros gerais	-	(1.118)
	<u>(798.450)</u>	<u>(226.637)</u>
Despesas gerais e administrativas institucionais	(798.450)	(226.637)
Despesas gerais e administrativas com projetos (c)	(775.346)	(192.422)
	<u>(1.573.796)</u>	<u>(419.059)</u>

- (a) O contrato de aluguel foi retomado em sua integralidade, assim como os prestadores de serviço relacionados.
- (b) Houve a retomada de viagens e do uso frequente do escritório, com o arrefecimento da pandemia do covid-19.
- (c) Em 2022 a Entidade operou 100% dos seus projetos com verba livre, ou seja, não tiveram patrocinador. Veja maiores detalhes dos projetos na nota explicativa 12.

15 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas Financeira		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	435.160	125.894
Variação Cambial Ativa	-	26.792
Total das receitas financeira	<u>435.160</u>	<u>152.686</u>
Despesas Financeira		
Tarifas	(7.316)	(7.662)
IOF	(823)	(2.343)
Juros Passivos	(8.945)	(909)
IRRF sobre aplicação	(91.036)	(11.637)
Variação Cambial Passiva	(835)	(52)
Total das despesas financeiras	<u>(108.955)</u>	<u>(22.603)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>326.205</u>	<u>130.083</u>

16 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 de dezembro de 2022 e 2021:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ITCMD - Imposto Transmissão Causa Mortis

17 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

	2022	2021	Classificação (*)
Ativos			
Caixa e bancos	102	936	Empréstimos e recebíveis
Aplicações financeiras	1.935.297	3.383.207	Valor justo por meio de resultado
Recursos vinculados a projetos (aplicação)	-	373.683	Valor justo por meio de resultado
Fundo contingencial	1.328.935	1.118.346	Valor justo por meio de resultado
Impostos a compensar	36.293	-	
Outros ativos	758.549	167.341	Empréstimos e recebíveis
Total de ativos	<u>4.059.176</u>	<u>5.043.513</u>	
Passivo			
Outras contas a pagar	(263.538)	(16.637)	Outros passivos financeiros

(*) Os instrumentos financeiros estão classificados conforme descritos na nota explicativa nº 3b .

* * *

Julia Figueiredo Goytacaz Sann'tana
Diretora Presidente
CPF. 016.833.347-36

Rogério Gerlah Paganatto
CPF: 129.306.908-60
CRC: 1SP131987/O-3